

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: Movimentos sociais rurais e Estado: conflitos territoriais e lutas por direitos e reconhecimento

Título do Trabalho: **Reconhecimento e invisibilidade no discurso econômico sobre as formas familiares de produção e a abordagem da superioridade das explorações patronais no rural brasileiro**

Nomes completos e instituição dos autores:

Marcos Botton Piccin
Professor Dr. do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, e dos programas de Pós-Graduação em Extensão Rural e Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Pedro Selvino Neumann
Professor Dr. do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, e do programa de Pós-Graduação em Extensão Rural.

Introdução

O surgimento da agricultura familiar como categoria sociopolítica reconhecida pelo Estado é uma das principais novidades no rural brasileiro nestes últimos 20 anos no Brasil. Longe de ter surgido como “um raio em céu azul”, como argumenta Pedroso (2014, p. 765), foi o resultado das lutas e iniciativas de diversas categorias sociais do campo brasileiro a partir da metade do século passado e do investimento intelectual e da produção de estudos nacionais e internacionais numa conjuntura de desregulamentação de políticas setoriais e abertura comercial (Picolotto, 2014; Grisa, 2012; Schneider, 2003). Isso inaugurou na história brasileira um conjunto de políticas públicas diferenciadas que reconheceram particularidades frente aos demais setores sociais do campo brasileiro, em especial ao setor patronal. De certa forma, rompia-se em parte com o que Moreira (1997) denominou como uma *ideologia de subsistência* produzida como *história incorporada*, resultado de nossa formação sociohistórica ligada ao latifúndio agroexportador, que atribuía a estes setores uma condição de incapazes de ter progresso social, associado a uma imagem de atraso e a de não ter condições de participar do progresso econômico do país, papel que deveria ser cumprido pelas grandes explorações agrícolas. *Mutatis mutandis* essa tradição interpretativa conservadora tomou novo fôlego recentemente por meio de alguns autores – dentre os mais destacados: FGV e CNA (2010); Lopes e Rocha (2010); Alves e Rocha (2010) e Buainain et al. (2013; 2014) -, que, de acordo com a crítica de Guanzioli e Di Sabbato (2015, p. 86), “[...] glorifica[m] o agronegócio e a grande propriedade como sendo a única alternativa eficiente para o desenvolvimento rural no Brasil”.

Um conjunto de autores, como Mattei (2014), Guanzioli e Di Sabbato (2015), Helfand et al. (2014a) e Mitidiero Jr. et al. (2016), já trataram de demonstrar que muitos dos argumentos daquela renovada interpretação conservadora estão revestidos mais por ideologia do que pela demonstração empírica. A partir de diferentes recortes metodológicos, que serão abordados na segunda seção deste artigo, esse conjunto de estudos ajudou a complexificar a realidade do campo brasileiro e a interpretação dos dados do Censo Agropecuário de 2006.

Este artigo se insere na perspectiva de contribuir com a interpretação do rural brasileiro e busca polemizar com a tese conservadora a partir da ideia de performances econômicas entre estabelecimentos classificados como “familiares” e “não familiares”. Por performances entendemos o desempenho ou a eficiência econômica dos estabelecimentos a partir de determinados indicadores. Obviamente, reconhecemos que

a discussão sobre o papel da agricultura no desenvolvimento da sociedade somente a partir do viés econômico-produtivista é muito reducionista, quando deveria ser considerado também outros fatores, como o papel das ocupações e rendas não agrícolas, as relações com a questão ambiental, a manutenção do patrimônio cultural, a qualidade dos alimentos, a saúde dos consumidores e quais categorias de agricultores podem responder mais adequadamente a essas dimensões relacionadas com a sustentabilidade e a multifuncionalidade. Mesmo admitindo esse reducionismo da questão econômica tradicional, nos propomos a analisar a partir desse critério quem é mais eficiente na agricultura brasileira.

A partir de determinado uso dos dados estatísticos do Censo de 2006, os autores conservadores construíram uma espécie de senso comum sobre a eficiência e a superioridade da grande propriedade. Referindo-se a dois terços dos estabelecimentos enquadráveis na definição de agricultura familiar e utilizando essencialmente como indicador o Valor Bruto da Produção por estabelecimento, o estudo da FGV e CNA (2010, p. iii) decreta que “o fato é que produzem praticamente para o autoconsumo e não geram receita nos estabelecimentos”. Na mesma direção e referindo-se ao mesmo conjunto de estabelecimentos da agricultura familiar, Buainain et al. (2014, p. 1173) argumentam que o processo de desenvolvimento “[...] tornará ‘redundantes’ (rapidamente) a vasta maioria dos estabelecimentos rurais, de tamanho pequeno e até médio [...], deixando sem resposta a pergunta sobre o futuro e o lugar social (e econômico) dos demais produtores”. A conclusão dos autores extravasa para a política pública e argumentam não ser necessário políticas de estímulo ao desenvolvimento desses agricultores, mas o uso de políticas de compensação social “[...] em geral mais baratas” (FGV e CNA, 2010, p. iii), decretando como resolvida a questão agrária e agrícola do país. Não consideramos que essa seja uma discussão resolvida e nem que outras metodologias de tratamento dos dados do Censo Agropecuário de 2006 permitam tais conclusões.

Este artigo está dividido em três seções, além da introdução e considerações finais. Na segunda seção abordam-se as diferentes metodologias utilizadas pela bibliografia especializada para ler os dados do Censo Agropecuário de 2006. Na terceira e quarta seções analisa-se o Censo Agropecuário a partir de indicadores econômicos selecionados para os estabelecimentos familiares e não familiares com dados para o Brasil e o Rio Grande do Sul.

Considerações metodológicas de análise

Uma das primeiras interpretações do Censo de 2006 veio do próprio IBGE/MDA (2009) que produziu uma leitura oficial segundo a qual a agricultura familiar era responsável por 70% dos alimentos dos brasileiros. Metodologicamente, esse estudo seguiu a classificação dos estabelecimentos a partir da Lei 11.326/2006 para definir os da agricultura familiar, sendo o restante definido como não familiares.¹ Ocorre que utilizar uma definição normativa que tem como objeto primário orientar as ações do Estado traz, assim como qualquer outro tipo de recorte, limites heurísticos que o analista deve ter em mente. Duas das mais nítidas é o fato de que há estabelecimentos familiares que possuem mais de 4 módulos fiscais e que há estabelecimentos cuja maior parte da renda familiar não provêm do estabelecimento.

Já o estudo da FGV e CNA (2010), que pretendeu ser a antítese da interpretação oficial, dividiu os dados do Censo de 2006 entre os “enquadráveis” e os “não enquadráveis” no Pronaf. Mas a categoria política “agricultura familiar” não pode ser reduzida a quem acessa ou não uma política pública. A imagem sobre o rural brasileiro se inverteu, sendo que os “não enquadráveis” passaram a produzir 76,3% do Valor Bruto da Produção (VBP). O mais impressionante é que somente com base no VBP, o estudo recomendou a substituição de políticas de desenvolvimento econômico para políticas compensatórias para a grande parte dos agricultores familiares. Em um sentido semelhante também apontaram Alves e Rocha (2010) que agruparam “estabelecimentos” com o grau de “rendimentos”. Assim, 8,19% dos estabelecimentos gerariam 84,89% do valor da produção total (p. 276). Até aí, nenhum problema, que começa na interpretação dos dados e na atribuição de sentido a eles. O que chama a atenção é que os autores não investigaram em quais faixas de área predominam os rendimentos e a suposição e naturalização – talvez resultado daquela história incorporada de que nos referimos na introdução -, de que os que têm menores receitas são os da agricultura familiar, que não necessitariam de política de desenvolvimento econômico, glorificando assim a grande propriedade. Quando a análise extravasa para as sugestões de políticas públicas, seguem o mesmo rumo do estudo da FGV/CNA (2010). Como não há nenhuma reflexão sobre a eficiência econômica da grande propriedade, uma vez que os dados apresentados embaralham a distinção, a grande

¹ As principais definições dessa lei são: a) o estabelecimento não deve ter área superior a 4 módulos fiscais; b) deve utilizar predominantemente a mão de obra da família; c) a renda familiar ser predominantemente das atividades econômicas do empreendimento; d) o estabelecimento deve ser dirigido pela própria família. Há outros detalhes que derivam dos critérios citados; ver IBGE/MDA (2009).

propriedade é tida como naturalmente produtiva e o futuro do rural brasileiro. Esse último estudo é fundamental porque os autores das chamadas sete teses o repetem e o consideram como “[...] uma das conclusões estatísticas de maior relevância na história agrária brasileira recente [...]” (Buainain et al., 2014, p. 1172).

Talvez por perceberem esses problemas, Helfand et al. (2014a), que anunciam partir do texto que é considerado por alguns como o de “maior relevância na história agrária recente”, analisaram o valor da produção relacionado com as faixas de área dos estabelecimentos e aí aparece uma realidade muito mais complexa que desautoriza as naturalizações. Os autores demonstram que, se é verdade que 9,5% dos estabelecimentos produziram 86% do valor bruto da produção agropecuária do Brasil em 2006, também o é o fato de que 89% desses estabelecimentos eram pequenos e médios, definidos até 500 hectares (ha); 37% dos produtores de grande escala, classificados acima de 10 salários mínimos mensais, eram referentes a imóveis entre 20 ha e 100 ha, e 79% deles tinha entre 5 ha e 500 ha (p. 537-538; 542). O campo brasileiro começa a aparecer de modo muito mais complexo.

Claro que a maior parte dos estabelecimentos de baixa renda estão entre os da chamada agricultura familiar ou estabelecimentos com pouca área, até porque são a grande maioria dos estabelecimentos no Brasil. Contudo, é como se a maior parte dos analistas focasse todos os problemas do agrário na chamada agricultura familiar e nos pequenos estabelecimentos e nenhum dos problemas nos grandes estabelecimentos, sendo que há muitos que produzem pouco, considerando a área explorada, e outros são declaradamente improdutivos (Leite, 2013). Ora, em um país que possui uma concentração obscena da terra como o nosso, não indagar os estratos de cima do espaço social é uma nítida opção ideológica.

Retornando às metodologias para interpretar o Censo, Guanzioli et al., (2012) analisam comparativamente a evolução da agricultura familiar entre os Censos de 1996 e o de 2006. Para tal, partem da definição oficial de agricultura familiar, mas estabeleceram outro limite de área para os estabelecimentos que foi o de 15 vezes o módulo médio em cada região do país, o que definiu limites de 279,3 ha no Sul até 1.155,2 ha no Norte. Desse modo, chegam a conclusão de que, na verdade e contrariamente ao discurso oficial, a agricultura familiar é responsável por um VBP médio de 36,11% no Censo de 2006, mas com uma variação regional equivalente a 60,18% no Norte, 47,38% no Nordeste, 54,43% no Sul, 22,28% no Sudeste e 14,53% no Centro-Oeste.

Sobre os limites a respeito da metodologia utilizada pelos últimos autores vale formular uma hipótese tendo em vista o estudo de Helfand et al., (2014b). Primeiro uma pequena digressão. O leitor repare que dois dos critérios utilizados em Guanzioli et al. (2012) para definir a agricultura familiar é o fato da maior parte da receita da família ter origem no estabelecimento e quando ela não contrata uma maior quantidade de mão de obra do que a oferecida por seus integrantes – critérios oficiais definidos na Lei 11.326/2006. Ou seja, se 51% da receita tiver origem em outras fontes, a metodologia já o considera como “não familiar”. Sociologicamente, não há nenhum motivo razoável para isso. Essa definição pune o agricultor familiar pobre cujos rendimentos de transferência são maiores que as receitas do estabelecimento, como pune aquela família cujo(s) membro(s) consegue(m) boas remunerações em atividades não-agrícolas. De certa forma, algo semelhante também ocorre com relação ao fator origem da mão de obra. Garcia Jr (1989) argumenta haver uma tendência de substituição dos integrantes da família nos trabalhos da terra quando ocorre acúmulo de recursos monetários e de patrimônio pelo agricultor. Isso faz com que os trabalhos mais duros sejam realizados pelos contratados e pode liberar integrantes da família seja para seguirem os estudos, seja para empregos mais bem valorizados.² Quer dizer, o fato de haver fortalecimento econômico do agricultor familiar pode tirá-lo dessa condição nas estatísticas. Em ambos os casos não se tratam mais de agricultores familiares cujas lógicas produtivas lhes são específicas? Ou ainda, não haveria mais expressões socioculturais da campesinidade (Wanderley, 2003)? Essa breve digressão é importante para voltarmos à hipótese a ser formulada. Helfand et al., (2014b) concorda que a média do rendimento da produtividade da terra entre estabelecimentos não familiares e familiares é maior no último caso, assim como também demonstraram Guanzioli et al., (2012) e, antes deles, o estudo FAO/INCRA (1994). Mas o mesmo não ocorre quando estabelecimentos familiares e não familiares de mesmo tamanho na faixa de área de 0 a 500 ha são comparados (Helfand et al., 2014b, p. 289). Tendo em vista a discussão acima, isso pode representar, ao invés de testemunhar contra a agricultura familiar, a sua potencialidade no Brasil e dos pequenos e médios estabelecimentos quando têm condições de melhorar o acesso à terra e demais fatores de produção, mercado, etc.

Um outro estudo interessante foi realizado por Mitidiero Jr. et al., (2016) justamente por não utilizar os critérios metodológicos oficiais, mas somente o recorte por

² Em parte, essa dinâmica da agricultura familiar também é demonstrada estatisticamente por Helfand et al. (2014b, p. 284).

faixa de área. Os autores dividiriam os resultados do Censo de 2006 em três faixas de área, entre 0 a 200 ha, cujos estabelecimentos foram considerados como pequenos, entre 200 ha a 1.000 ha, os estabelecimentos médios, e acima de 1.000 ha, os estabelecimentos grandes. Os autores ainda fizeram um outro recorte de 0 a 10 ha, que chamaram de “quase pequeno” e analisaram os dados a partir do volume e do valor da produção. Os resultados são impressionantes. Os estabelecimentos pequenos são responsáveis por 51,5 % do valor total da produção, seguidos pelos médios, 19,5 %, e pelos grandes, 28,3% (p. 42). Mesmo os estabelecimentos classificados como quase pequenos produzem 12,6% do valor total da produção, contra 28,3% dos estabelecimentos grandes; o que é um valor absurdamente pequeno para os estabelecimentos grandes tendo em vista que os quase pequenos concentram apenas 2,3% do total da área de terra, contra 45% dos grandes (p. 22). É interessante perceber que os pequenos estabelecimentos só perdem em volume de produção em dois produtos: soja em grão e cana de açúcar! (p. 51).

Um dos limites da metodologia dos últimos autores é não distinguir os estabelecimentos a partir de uma lógica de funcionamento capitalista e de estabelecimentos cuja lógica produtiva é a familiar. Esse é um dado que importa sociologicamente para a leitura da realidade do rural. Contudo, não há como negar que o artigo desmonta as versões que glorificam a grande propriedade, além de repor o debate sobre a absurda concentração fundiária e sobre a baixa contribuição econômica ao desenvolvimento do país dos grandes estabelecimentos, considerando a área que ocupam. Outro limite da metodologia dos autores é não visualizar as receitas dos estabelecimentos, pois poderia demonstrar que há um significativo setor de famílias pequenas proprietárias empobrecidas, que demandam, tanto para Guanrizoli et *al.*, (2012, p. 358), Guanrizoli e Di Sabatto (2014, p. 102) quanto para Helfand et *al.*, (2014b, p. 287), políticas estruturais, dentre outras, de redistribuição fundiária para aumentar seus níveis de vida.

Contudo, essa discussão está centrada fundamentalmente em uma variável que é o valor bruto da produção. Há outros indicadores de eficiência econômica que julgamos ser também importantes quando se pensa em quais perfis de estabelecimentos geram maior retorno à sociedade. Contudo, assim como o valor bruto da produção, consideramos ser um limite a análise a partir de valores totais (por exemplo, valor bruto da produção de estabelecimentos familiares e estabelecimentos não familiares), pois, nesse caso, o que se encontra é mais um artefato das diferenças na distribuição da terra

entre os dois grupos. Quanto maior for essa diferença, maior será o vício de origem da análise, uma vez que passa a ser o resultado da concentração da propriedade da terra. Assim, tem-se que ter uma variável que permita as comparações a partir do controle das diferenças de concentração da terra; esse fator é a unidade de área.

Desse modo, os outros indicadores de eficiência econômica que julgamos importantes são o consumo de bens industriais, criação de empregos, retorno produtivo por quantia de crédito público investido e desempenho monetário por unidade de área (levando em conta o valor bruto da produção/VBP, valor agregado e margem bruta). O consumo de bens industriais é importante porque demonstra o quanto a agricultura é capaz criar demanda à indústria, favorecer os processos de industrialização, logo, aumentar os índices de emprego urbano e contribuir para criar uma economia moderna baseada na produção de bens industriais. Quanto à criação de empregos, não nos referimos somente a pessoas ocupadas, pois nesse aspecto a agricultura familiar é imbatível, mas à criação de novos postos de trabalho contratado. O retorno produtivo por quantia de crédito público investido é fundamental para percebermos qual o perfil de agricultor é o mais barato a ser financiado com os maiores retornos. Já sobre o desempenho monetário por unidade de área, o VBP é definido como tudo o que é produzido, o valor agregado (VA) como sendo o VBP menos o consumo intermediário (CI)³ e a margem bruta (MB) como sendo o VBP menos o total das despesas (TD)⁴.

Quanto ao recorte metodológico na base de dados, decidimos realizá-lo a partir da classificação entre estabelecimentos familiares e não familiares, conforme a definição e segundo critérios oficiais (IBGE, 2009). Mesmo sabendo das limitações desse recorte, como já mencionado, ele cumpre com o objetivo deste artigo que é o de aprofundar a análise de indicadores econômicos a partir da classificação sociológica entre estabelecimentos familiares e não familiares no rural brasileiro, além de ser de mais fácil a checagem à comunidade acadêmica por já estar assim estabelecido na própria base de dados do IBGE.

³ No Consumo Intermediário são considerados somente os produtos e serviços integralmente consumidos para produção agropecuária. Não são considerados as despesas com a obtenção dos meios de produção: arrendamento de terras, salários pagos em dinheiro ou produtos para família, Salários pagos em dinheiro ou produtos para empregados, Armazenamento da produção, Transporte da produção, Impostos, Juros e despesas bancárias, outras despesas.

⁴ No Total das Despesas, entra todo o Consumo Intermediário, mais o que aí não foi considerado até então, que são todas as despesas com a obtenção dos meios de produção.

Eficiência geral entre estabelecimentos familiares e não familiares no Brasil e no Rio Grande do Sul

Levando em consideração os indicadores assinalados na seção anterior, uma primeira aproximação à problemática pode ser lida na Tabela 1. Os estabelecimentos classificados como da agricultura familiar são mais eficientes para a sociedade em todos os indicadores. Os dados estão organizados tendo em conta a média do país e a média do Rio grande do Sul. A presença desse estado na análise cumpre um propósito que é o de ser uma espécie de “controle” aos dados nacionais, como uma outra referência. Além disso, por esse estado ter um setor de agricultura familiar bem desenvolvido, devido sua história de formação relacionada com a implantação da pequena propriedade parcelar não dependente da grande propriedade (Picolotto, 2011), poderia demonstrar a potencialidade dos demais estabelecimentos familiares.

Tabela 1. Indicadores de eficiência produtiva entre estabelecimentos familiares e não familiares – Brasil e Rio Grande do Sul

<i>Brasil</i>	Indicadores de eficiência econômica			
	VBP/ha	MB/ha	VA/ha	VA/Financiamento
Familiar	0,555	0,347	0,388	6,813
Não familiar	0,462	0,068	0,207	3,063
<i>Rio Grande do Sul</i>				
Familiar	1,209	0,664	0,769	4,172
Não familiar	0,674	0,098	0,279	2,692

Fonte: Elaboração própria com base no Censo Agropecuário 2006.

O resultado do valor bruto da produção segue o que já foi demonstrado em outros estudos, que a média é maior na chamada agricultura familiar do que na não familiar. No Brasil, a agricultura familiar apresenta um VBP/ha de 0,555, enquanto que os estabelecimentos não familiares apresentam 0,462. Essa distância entre os tipos de estabelecimentos é quase o dobro para a agricultura familiar no caso do Rio Grande do Sul. As explicações para essa superioridade da agricultura familiar passam pelo uso mais intensivo dos fatores de produção e segue a tendência apontada por estudos internacionais.

A novidade da Tabela 1 reside nos demais dados. O valor agregado (VA) é um valor a mais que foi gerado no processo produtivo depois de descontados os custos intermediários, ou seja, é um valor novo e é o que tem importância para a sociedade. No caso da agricultura familiar, a média no Brasil é de 0,388 por hectare, enquanto que para

os estabelecimentos não familiares ele é de 0,207. No Rio Grande do Sul, o valor agregado da agricultura familiar é 2,7 vezes maior do que os estabelecimentos não familiares. Isso equivale a dizer que agricultura familiar entrega para a sociedade uma quantia significativamente maior de novo valor produzido nos estabelecimentos quando ocorre a comparação com os não familiares. Quanto à margem bruta (MB), em ambas as situações há superioridade da agricultura familiar; o índice para o Brasil dos estabelecimentos familiares é de 0,347, enquanto que para os estabelecimentos não familiares é de 0,068; no Rio Grande do Sul esses índices são de 0,664 e 0,098, respectivamente. Já o valor agregado dividido pelo total de financiamento que cada conjunto de estabelecimentos recebe equivale a, na média brasileira, 6,813 no caso da agricultura familiar e 3,063 no caso dos não familiares; 2,22 vezes maior para a agricultura familiar. Ou seja, para cada real investido, a agricultura familiar retorna para a sociedade 2,22 vezes mais do que os estabelecimentos não familiares. No Rio Grande do Sul, essa relação equivale a dizer que a cada real investido no financiamento da agricultura familiar, ela retorna 4,172, enquanto os estabelecimentos não familiares retornam 2,692. É mais barato, considerando os maiores retornos, financiar a agricultura familiar do que os estabelecimentos não familiares. Apesar disso, a grande parte do financiamento público é destinada para os não familiares.

Outros indicadores da participação dos estabelecimentos quanto a pessoas ocupadas e empregos gerados podem ser vistos na Tabela 2. Os dados referentes a 'Pessoas ocupadas/100 ha' referem-se às pessoas ocupadas que possuem vínculo com o proprietário, mas não caracterizam relações de assalariamento; 'Empregados/100 ha' referem-se ao número de empregos, portanto, sem vínculo familiar com o proprietário.

Tabela 2. Indicadores de ocupação e emprego entre estabelecimentos familiares e não familiares – Brasil e Rio Grande do Sul

<i>Brasil</i>	Pessoas ocupadas/100 ha	Empregados/100 ha
Familiar	12,2	1,4
Não familiar	1,6	1,0
<i>Rio Grande do Sul</i>		
Familiar	12,8	1,5
Não familiar	1,4	1,3

Fonte: Elaboração própria com base no Censo Agropecuário 2006.

O dado mais conhecido da Tabela 2 é quanto ao número de pessoas ocupadas em cada conjunto de estabelecimentos. Pela organização que demos aos dados, a agricultura familiar é responsável pela ocupação 12,2 pessoas a cada 100 ha, enquanto os não familiares são responsáveis pela ocupação de 1,6. Os dados para o Rio Grande do Sul são semelhantes. Ao contrário do que se pode pensar, não é trivial essa informação, pois a sociedade brasileira tem que responder que tipo de rural ela quer, com mais ou com menos pessoas. Além disso, como será demonstrado na quarta seção deste artigo, o maior número de pessoas implica em configurações sociais bem diferentes das regiões e dos municípios brasileiros quanto à distribuição de receitas e de desenvolvimento econômico, sem contar na assimetria da distribuição de poder - argumento que não poderá ser aqui desenvolvido; questão fundamental na construção de sociedades mais democráticas.

Mesmo o dado de empregos gerados por unidade de área é maior no caso da agricultura familiar, 1,4 na média nacional para cada 100 ha, contra 1,0 entre os estabelecimentos não familiares. Esses números são ligeiramente maiores no caso do Rio Grande do Sul. Esse dado é importante porque combate o senso comum de que seriam os estabelecimentos não familiares que gerariam a maior parte do emprego entre os estabelecimentos, quando é exatamente o contrário.

Os estabelecimentos familiares também contribuem mais para o desenvolvimento do setor industrial do país, como pode ser percebido na Tabela 3, uma vez que ampliam a demanda por mercadorias.

Tabela 3. Indicadores de demanda à indústria entre estabelecimentos familiares e não familiares – Brasil e Rio Grande do Sul

<i>Brasil</i>	Tratores/Km ²	Veículos/ha	Bens (R\$)/ha
Familiar	3,7	251	3.904
Não familiar	1,9	233	3.631
<i>Rio Grande do Sul</i>			
Familiar	14,1	904	8.099
Não familiar	3,8	566	5.476

Fonte: Elaboração própria com base no Censo Agropecuário 2006.

A média de tratores por Km² no Brasil entre os estabelecimentos familiares é 3,7, enquanto entre os estabelecimentos não familiares é de 1,9. No Rio Grande do Sul, essa diferença salta para 14,1 tratores por Km² no caso da agricultura familiar, enquanto entre

os estabelecimentos não familiares é de 3,8. A mesma tendência se dá se considerarmos o número total de veículos por ha, que entre os estabelecimentos familiares do país representa 251, e 233 entre os não familiares. No Rio Grande do Sul é de 904 veículos por ha no caso da agricultura familiar, e de 566 no caso dos não familiares. A média do valor dos bens também é maior entre os estabelecimentos familiares, que é de R\$ 3.904,00 e de R\$ 3.631,00, sendo que essa diferença se amplia quando olhamos para o Rio Grande do Sul, de R\$ 8.099,00 no caso da agricultura familiar e de R\$ 5.476,00 entre os estabelecimentos não familiares.

Eficiência entre estratos dos agricultores familiares e não familiares - Brasil e Rio Grande do Sul

Até então apresentamos as médias das categorias 'agricultura familiar' e 'não familiar'. Cabe agora abrir essas categorias em estratos para analisar como é o desempenho dos diferentes perfis de estabelecimentos de modo comparado, o que ajuda a complexificar a realidade do rural brasileiro. Para tanto se utilizará também a classificação oficial que distingue os estabelecimentos familiares em tipos A, B, C e D por renda total de modo decrescente, respectivamente.⁵ Já a classificação dos não familiares se dá entre Patronal 1, Patronal 2 e Patronal 3 a partir do perfil de quem dirige o estabelecimento.⁶ Estratificar o conjunto dos estabelecimentos, e não apenas os familiares, como parte importante da bibliografia o faz, permite analisar uma espécie de espaço social estruturado dos estabelecimentos do rural a partir de suas performances econômicas, o que possibilita discutir qual perfil (ou quais perfis) é mais eficiente à sociedade brasileira.

Mas antes de discutirmos os dados econômicos é importante analisar algumas características gerais dos estabelecimentos do Brasil tendo em vista a classificação acima, como se pode ver na Tabela 4. Essa Tabela permite analisar os dados referentes

⁵ O conceito dos tipos de estabelecimentos familiares leva em consideração a renda, tendo em vista o Valor do Custo de Oportunidade (VCO), que é definido regionalmente, de modo que: Tipo A - Caso a Renda Total fosse maior que o valor resultante entre o VCO * 3; Tipo B - Caso a Renda Total fosse maior que o VCO e menor ou igual ao VCO * 3; Tipo C - Caso a Renda Total fosse maior que a metade do VCO e menor ou igual ao VCO; Tipo D - Caso a Renda Total fosse menor ou igual que a metade do VCO. Ver IBGE (2006); disponível em: < <http://migre.me/wLh16>>.

⁶ O conceito dos tipos de estabelecimentos patronais leva em consideração características sociológicas: Patronal 1 - Se quem dirigia o estabelecimento era um administrador; Patronal 2 - Se quem dirigia o estabelecimento era um produtor (titular) diretamente; ou produtor (titular) através de um capataz ou pessoa com laços de parentesco; ou produtores (no caso de explorações comunitárias); e Unidade de Trabalho Familiar (UTF) menor ou igual a Unidade de Trabalho Contratado (UTC); Patronal 3 - Se quem dirigia o estabelecimento era um produtor (titular) diretamente; ou produtor (titular) através de um capataz ou pessoa com laços de parentesco; ou produtores (no caso de explorações comunitárias), e UTF maior que a UTC, e Área Total do Estabelecimento maior que a Área Máxima Regional por Região Geográfica (AREAM). Ver IBGE (2006); disponível em: < <http://migre.me/wLh16>>.

ao percentual de estabelecimentos e de área (ha) que cada perfil concentra dentro da classificação de estabelecimentos familiar e não familiar, o percentual de área que cada perfil concentra levando em conta todos os demais, o tamanho de área média de cada perfil, os estabelecimentos sem renda e os sem receita. Estabelecimentos sem renda designa as situações em que o valor bruto da produção foi nulo por não ter ocorrido produção, ou quando o produzido foi utilizado para consumo animal, ou quando o valor produzido foi igual ou menor que o total das despesas, e, nessas situações, o valor com receita agropecuária indireta⁷, caso houvesse, não foi superior ao valor das despesas; esse é um cálculo realizado pelo IBGE a partir das informações declaradas. Estabelecimentos sem receita é quando os informantes declaram não ter ocorrido receitas provindas do estabelecimento no ano do recenseamento.

Tabela 4. Caracterização geral dos estabelecimentos rurais brasileiros

Perfil de Estabelecimentos	% de estabelecimentos em cada Perfil	% de área em cada Perfil	% da área Total	Área média ha/ estabelecimentos em cada Perfil	Sem Renda (Calculada)			Sem Receita (Declarada)	
					% estabelecimentos	Área total (ha)	% da área	Número total de estabelecimentos	%
Não Familiar (NF)⁸	100,00	100,00	68,00	368,29	43,82	96.756.422	42,64	148.106	23,74
Patronal 1	36,03	39,87	27,11	407,54	46,38	40.871.998	45,19	61.148	27,55
Patronal 2	53,09	42,49	28,89	294,81	43,80	40.052.408	41,54	64.368	19,44
Patronal 3	4,51	15,74	10,70	1.285,72	37,57	13.930.174	39,01	6.931	24,95
Familiar (F)	100,00	100,00	32,00	23,50	25,26	29.929.783	28,02	1.322.285	29,05
Tipo A	9,94	20,21	6,47	47,68	0,00	-	-	23.180	5,12
Tipo B	21,18	23,35	7,48	25,87	0,00	-	-	137.546	14,27
Tipo C	12,62	11,11	3,56	20,65	0,00	-	-	93.431	16,26
Tipo D	56,24	45,30	14,50	18,90	44,91	29.929.783	61,85	1.068.128	41,72

Fonte: Elaboração própria com base no Censo Agropecuário 2006.

A maior parte dos estabelecimentos não familiares, 53,09%, estão classificados como Patronal 2, ou seja, quando o estabelecimento é dirigido pelo próprio produtor, ou através de um capataz ou pessoa com laços de parentesco em que a quantidade de trabalho familiar é menor ou igual ao trabalho contratado; são estabelecimentos cuja área média é menor que os demais patronais, 294,81 ha, ao mesmo tempo em que

⁷ Receita Agropecuária indireta é "obtida da soma dos valores da atividade de turismo rural, da exploração mineral, do serviço de beneficiamento para terceiros, das outras atividades não agrícolas, e da indústria rural, se 70% ou mais da matéria-prima para a indústria rural fosse de origem do próprio estabelecimento" (IBGE, 2006, p. 05 – Nota Técnica); para o conceito de Renda total do estabelecimento ver essa mesma nota técnica.

⁸ Dentre os estabelecimentos não familiares, o IBGE também considera os de 'instituição de utilidade pública', 'governo' e 'não identificado'. Os dados referentes a essas três categorias não serão apresentados na tabela porque não interessam à discussão e porque não alteram as análises e conclusões. É por esse motivo que a soma da '% de estabelecimentos em cada perfil' e '% de área em cada perfil' não somará exatos 100,00%.

concentram a maior porcentagem de área de terra que todos os demais perfis por ser um perfil numeroso: 42,49% dentre os patronais e 28,89% quando se compara com a média de área total. Chama a atenção que o Patronal 3, sendo 4,51% dos estabelecimentos dentre os patronais, concentre 10,7% da área total e possua a maior média de área por estabelecimento, 1.285,72 ha. Em contraste, os estabelecimentos familiares possuem média de área muito menor, com destaque para o Tipo D, com 18,9 ha. O Tipo D é o perfil mais numeroso dentre os familiares, concentrando 56,24% dos estabelecimentos e 45,3% da área relativa. Já os demais perfis dentre os familiares possuem uma média de área maior, com destaque para o Tipo A, com 47,68 ha, sendo o menos numeroso em termos de estabelecimentos, representando 9,94% deles.

Outras duas caracterizações importantes são os estabelecimentos sem renda e estabelecimentos sem receita. Parte da bibliografia especializada tem se escandalizado com o fato de 44,91% dos estabelecimentos familiares Tipo D não terem renda, mas não analisam os estabelecimentos não familiares quanto a esse quesito. Todos os demais estabelecimentos familiares apresentam renda porque são classificados a partir dela. A média dos estabelecimentos familiares que não possuem renda é de 25,26% do total. Já quanto aos patronais, 46,38%, 43,80% e 37,57% dos estabelecimentos, respectivamente, não apresentam renda. 43,82% de todos os estabelecimentos não familiares não possuem qualquer renda.

A essa realidade se pode fazer um conjunto de considerações importantes. É provável que a não renda de 44,91% dos estabelecimentos familiares Tipo D esteja relacionada com estratégias de reprodução familiar associadas a empregos de seus integrantes, em que sua fração de terra não funciona como uma Unidade de Produção Agropecuária propriamente dita, mesmo que essa fração de terra seja fundamental para a montagem de outras estratégias, pois cumpre, por exemplo, a função de moradia e autoconsumo. Quanto aos patronais, mais difícil é de entender o porquê 43,82% deles não apresentam renda, mais grave ainda para o caso dos Patronal 1, em que 46,38% se enquadram nessa situação. Isso significa que mais de 96 milhões de hectares estão sob a posse de produtores patronais que não auferem renda. Diferentemente é o problema dos estabelecimentos familiares Tipo D que não apresentam renda, uma vez que este fato parece estar associado com a posse de pequenas áreas e, nesse caso, políticas estruturais de aumento dessas áreas e reordenamento fundiário deviam compor o rol de alternativas para que se tornassem Unidades de Produção.

Análise semelhante ocorre acerca dos dados de estabelecimentos que declararam não possuir qualquer receita no ano do recenseamento. No caso dos patronais, o perfil mais numeroso é o Patronal 1, com 27,55%, seguindo pelo Patronal 3, com 24,95% e pelo Patronal 2, com 19,44%; a média é de 23,74% de todos os estabelecimentos patronais que declararam não perceber receitas. Nesse caso, estamos falando de 148.106 estabelecimentos que declaradamente não cumprem a função social da propriedade inscrita como lei no Estatuto da Terra de 1964, uma vez que eles têm a obrigação de serem produtivos e em não o sendo são passíveis de desapropriação. Trata-se, como um dos possíveis, de especulação imobiliária aguardando a valorização do preço da terra? Não conseguimos produzir o que isso significa em termos de área a partir dos dados do IBGE, mas é provável que seja muito próximo dos mais de 96 milhões de hectares já citados e, nesse caso, estão imobilizados.

No caso dos estabelecimentos familiares, o que mais chama a atenção é que 41,72% dos Tipo D declararam não perceber receitas, e não nos parece coincidência o fato de que eles são seguidos pelos demais perfis de estabelecimentos familiares em ordem crescente de área média: o Tipo C, com 20,65 há de média, apresenta 16,26% de estabelecimentos que se declararam sem receita; o Tipo B, com 25,65 ha de média, apresenta 14,27 % de estabelecimentos que se declararam sem receita; e o Tipo A, com 47,68 há de média, apresenta 5,12% apenas de estabelecimentos que declararam não possuir receita. Ou seja, indica haver uma relação entre o aumento da área média da propriedade e uma diminuição dos casos que declaram não perceber receita. No caso do Tipo D, o motivo deve ser semelhante ao que foi comentado anteriormente; de que a posse de frações diminutas da terra não os convertem em Unidades de Produção propriamente dita. Pensar estratégias de maximização de fatores de produção no rural brasileiro passa por aumentar a área média das propriedades familiares. Não é pequeno o número de estabelecimentos Tipo D que não apresentam receita, equivalente a 1.068.128.

Realizado essa primeira caracterização, passemos agora a analisar os indicadores de eficiência econômica dos diferentes perfis de estabelecimentos, como mostra a Tabela 5. A realidade que sai da análise dessa tabela está longe das abordagens que propagandeiam a superioridade da grande propriedade no Brasil.

A Tabela 5. Indicadores de eficiência econômica para o Brasil e o Rio Grande do Sul

Indicadores de eficiência econômica

<i>Brasil</i>	VBP/ha	MB/ha	VA/ha	VA/Financiamento
Média Familiar	0,555	0,347	0,388	6,813
Tipo A	1,905	1,616	1,669	18,295
Tipo B	0,373	0,217	0,249	4,593
Tipo C	0,235	0,112	0,140	3,283
Tipo D	0,124	-0,094	-0,050	-1,074
Média Não Familiar	0,462	0,068	0,207	3,063
Patronal 1	0,551	0,030	0,221	3,271
Patronal 2	0,503	0,107	0,238	2,681
Patronal 3	0,133	0,066	0,078	5,268
<i>Rio Grande do Sul</i>				
Média Familiar	1,209	0,664	0,769	4,172
Tipo A	2,829	2,167	2,282	9,315
Tipo B	0,891	0,478	0,557	3,504
Tipo C	0,575	0,221	0,296	2,325
Tipo D	0,398	-0,242	-0,111	-0,621
Média Não Familiar	0,674	-0,281	-0,027	-0,264
Patronal 1	0,929	-0,374	-0,055	-0,592
Patronal 2	0,749	0,250	0,434	3,338
Patronal 3	0,304	0,124	0,175	3,359

Fonte: Elaboração própria com base no Censo Agropecuário 2006.

De conjunto, todos os índices dos estabelecimentos familiares, Tipo A, B, C e D, são decrescentes, respectivamente, e acompanham a média de área por Tipo, como vimos na Tabela 5. Os estabelecimentos familiares Tipo A são imbatíveis em comparação com todos os estabelecimentos patronais em índices econômicos. De modo geral, os Patronais 3, que apresentam maior área, levam desvantagem que os demais patronais em boa parte desses índices, de modo especial o VBP/ha. Nos dados para o Brasil, o VBP/ha dos estabelecimentos familiares Tipo A é 3,45 vezes maior que o maior índice encontrado entre os Patronais, no caso o Patronal 1, 1,905 e 0,551, respectivamente. Ainda no caso dos dados para o Brasil, os demais Tipos dos familiares ficam abaixo dos dados dos perfis patronais, mas mesmo o Tipo D alcança um VBP/ha quase semelhante ao Patronal 3, 0,124 e 0,133, respectivamente. No caso do Rio Grande do Sul, mesmo os estabelecimentos familiares Tipo D apresentam um VBP/ha maior que os Patronais 3, 0,398 e 0,304, respectivamente; sendo que os familiares Tipo

A são 3 vezes mais superiores que o maior índice encontrado dentre os patronais, 2,829 e 0,929, respectivamente.

Quando analisamos a MB/ha, em que são descontadas todas as despesas, incluindo salários e arrendamentos, somente os familiares Tipo D apresentam um índice menor que todos os demais Patronais, no caso do Brasil, em que o índice aparece como negativo, -0,094. Para o Rio Grande do Sul, o Patronal 1, apresenta um número negativo de MB/ha maior que o familiar Tipo D, equivalentes a -0,374 e -0,242, respectivamente; mesmo o índice dos familiares Tipo C no Brasil, 0,112, é mais elevado que o maior dentre os patronais, 0,107 para o Patronal 2; MB/ha para os Patronais 1 e 3 é muito baixo, 0,030 e 0,066, respectivamente. A MB/ha é mais de quinze vezes maior que qualquer patronal para o Brasil e mais de oito vezes que qualquer patronal para o Rio Grande do Sul.

Mas se não considerarmos, por exemplo, os custos com arrendamentos e salários, mas somente o Consumo Intermediário, os resultados não são muito diferentes para o caso dos estabelecimentos familiares, mas sobem um pouco os índices para os patronais, o que era de se esperar. Para o Brasil, o VA/ha dos perfis patronais chega a 0,221; 0,238 e 0,078, respectivamente ao Patronal 1, 2 e 3; o Patronal 3, assim como o índice anterior, possui um VA/ha, quando em comparação aos estabelecimentos familiares, somente maior que familiar Tipo D; os estabelecimentos familiares Tipo A possuem um VA/ha sete vezes maior que o maior índice encontrado dentre os patronais, no caso o Patronal 2. No caso do Rio Grande do Sul, enquanto os estabelecimentos familiares Tipo A apresentam um VA/ha de 2,282, o maior índice dentre os patronais é 0,434, referente ao Patronal 2; um índice cinco vezes maior. Nesse estado chama a atenção também que a média do VA/ha dos estabelecimentos não familiares é negativa, -0,027, enquanto a média dos estabelecimentos familiares é 0,769.

Quando analisamos o VA/financiamento, deve-se considerar que se uma categoria pouco acessa os financiamentos, a relação produz um valor maior. De todo modo, os estabelecimentos familiares Tipo A são, dentre os familiares, os que mais acessam o Pronaf (GUANZIROLI et al, 2012), e do mesmo modo os que respondem mais positivamente a essa relação em comparação com os patronais: 18,295 para o Brasil e 9,315 para o Rio Grande do Sul. Deve-se destacar que os familiares Tipo D, para o Brasil e o Rio Grande do Sul, apresentam índices negativos, -1,074 e -0,621 respectivamente. Mas o índice do Patronal 1 no caso do Rio Grande do Sul também é negativo, equivalente a -0,592. Esses índices negativos significam que esses perfis recebem mais recursos da sociedade do que adicionam um novo valor à sociedade.

Dada a apresentação desses índices, se quiséssemos pensar no futuro do rural brasileiro seria o perfil dos estabelecimentos familiares Tipo A que deveria ser almejado; são os estabelecimentos que apresentam larga superioridade em relação a todos os demais perfis. Desse ponto de vista, o “futuro” do rural brasileiro deveria ser familiar, e não patronal. Como explicar o fato de que todos os índices dos estabelecimentos familiares Tipo D, C, B e A são crescentes, respectivamente, e acompanham também a crescente quantidade de área controlada por cada um deles? Ao que tudo indica, como média, menor área significa menor renda. Políticas de reestruturação fundiária para aumentar as áreas dos estabelecimentos Tipo B, C e, especialmente, o D deveriam estar na ordem do dia. Deveria estar também na ordem do dia um questionamento sério com relação ao desempenho dos setores patronais, especialmente do Patronal 3, que na média brasileira é o pior dentre os patronais, e o que detém a maior média de área por estabelecimento. No Rio Grande do Sul, também o Patronal 3 apresenta o menor VBP/ha.

A comparação mais adequada, tendo em vista as lógicas produtivas, com os estabelecimentos patronais são os estabelecimentos familiares Tipo A. Dentre os demais estabelecimentos familiares, muitos deles não funcionam como Unidades de Produção propriamente dita, apesar de que a terra que detêm lhes seja fundamental como autoconsumo e moradia. Nesse contexto, as lógicas que passam a presidir a exploração de suas parcelas de terra tendem a se associar às suas estratégias de reprodução social. Mas não podemos esperar outra racionalidade por parte dos estabelecimentos patronais do que a perseguição da moderna categoria econômica do lucro, porque devem cumprir o princípio inscrito em lei da função social da terra.

Considerações finais

Em termos de índices econômicos não há qualquer motivo para sugerir o fim de políticas de desenvolvimento econômico dos setores da agricultura familiar. Muito pelo contrário, os melhores índices são exatamente os dos setores da agricultura familiar e isso deveria ser reconhecido em termos de políticas públicas específicas para estimular e potencializar suas atividades. Os estabelecimentos familiares Tipo B, C e, especialmente, o D deveriam ser beneficiários de políticas de reordenamento fundiário que aumentasse suas áreas de terra, uma vez que os dados indicam que quanto maior a área, maior é a renda e todos os demais índices de desenvolvimento econômico. Não que outras políticas sociais e estruturais também não sejam importantes para dotar o

país de um forte setor familiar no campo brasileiro, mas a necessidade da reestruturação fundiária surge da própria leitura dos dados apresentados. Mesmo assim, em vários casos, os índices econômicos dos familiares Tipo D são semelhantes ou superiores a determinados perfis de estabelecimentos patronais. Não se sustenta o argumento de que os estabelecimentos familiares Tipo D deveriam ser beneficiados apenas com política compensatória.

Ademais, o que deveria preocupar seriamente os analistas do rural são os índices econômicos atingidos pelos estabelecimentos patronais. Os Patronais 3 são os que apresentam as maiores áreas de terra e, globalmente, os que atingem os piores índices. Em mais de 90 milhões de hectares os proprietários patronais não tiveram renda, o que equivale a mais de 42% da área de todos os estabelecimentos não familiares. 23% desses mesmos estabelecimentos declararam não possuir receita. E isso é preocupante porque são esses os estabelecimentos que sempre estiveram no centro da política pública para a agricultura no Brasil – são eles que são reivindicados como “pop” em propagandas de televisão.

Análises que busquem considerar o conjunto dos perfis dos estabelecimentos do rural brasileiro podem ampliar o debate e trazer novos elementos à discussão. O que não dá é para produzir análises que veem os problemas do rural brasileiro somente entre os setores familiares, que todos sabem que têm, mas que, por uma perspectiva ideológica, acabam por esquecer de outros perfis que apresentam tão ou maiores problemas do ponto de vista da contribuição à sociedade brasileira.

Bibliografia

- ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo e possível? In: GASQUES J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios, perspectivas**. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 275-290.
- BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Orgs). **O Mundo Rural do Século 21: a formação de um novo padrão agrária e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.
- _____. (Orgs). Sete teses sobre o rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Ano XXII – nº 2, 2013, p. 105-121.
- FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília, 1994 (Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036)
- FGV/CNA. **Quem produz o quê no campo: quanto e onde II: censo agropecuário 2006: Resultados: Brasil e regiões / Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia**. — Brasília: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2010.
- GARCIA Jr., Afrânio. **O Sul: caminho do roçado, estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB; MTC-CNPq, 1989.

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

GUANZIROLI, Carlos Henrique et al. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996-2006) **RESR**, Vol 50, nº 2, 2012, p. S351-S370.

GUANZIROLI, Carlos Henrique; DI SABBATO, Alberto. Existe na agricultura brasileira um setor que corresponde ao “*Family Farming*” americano? **RESR**, Vol 52, Supl. 1, 2014, p. S085-S104.

HELFAND, Steven M. et al. Agricultura familiar, produtividade e pobreza no Brasil: evidências do censo agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, Sérgio et al (Org.).

Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília: Ipea, 2014b, p. 279-312.

HELFAND, Steven M. et al. Pequenos e médios produtores na agricultura brasileira, situação atual e perspectivas. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Orgs). **O Mundo Rural do Século 21: a formação de um novo padrão agrária e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014a, p. 533-557.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. IBGE/SIDRA. Disponível em: <http://encurtador.com.br/afTYZ>

IBGE/MDA. **Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar, primeiros resultados**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://encurtador.com.br/jyFJN>

LEITE, Sérgio. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. In: Stédile, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 103-126

LOPES, Ignez Vidigal; ROCHA, Daniela de Paula. **Quem produz o quê no campo**. Brasília. Instituto Brasileiro de Economia/IBRE, FGV. Disponível em: <http://portalibre.fgv.br/>, 2010.

MATTEI, Lauro. Considerações Acerca de Teses Recentes sobre o Mundo Rural Brasileiro. In: **RESR**, Vol. 52, Supl. 1, 2014, p. 105-124.

MITIDIERO JR. et al. **Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006**. Pernambuco, 2016. Disponível em: <http://encurtador.com.br/ejsNT>

MOREIRA, Roberto José. Agricultura Familiar e Sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das Técnicas. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, Vol. 8, 1997, pp. 51-69.

PEDROSO, Maria Thereza Macedo. Experiências internacionais com a agricultura familiar e o caso brasileiro: o desafio da nomeação e suas implicações práticas. In: BUAINAIN, Antônio Marcio et al. **O Mundo Rural no Brasil do Século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014, p. 761-792

PICOLOTTO, Everton. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2014, vol.52, suppl.1, pp.63-84.

_____. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ (Tese de doutorado), 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **RBCS**. Vol. 18 nº. 51, 2003, p. 99-121

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 21, 2003, p. 42-61.